



*Outorga do Título de Professor Emérito a*

---

*Ruy Fausto*



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

REITOR: Prof. Dr. Adolpho José Melfi  
VICE-REITOR: Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

DIRETOR: Prof. Dr. Sedi Hirano  
VICE-DIRETORA: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

### **SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO – FFLCH**

COORDENAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros – MTb 35814  
DIAGRAMAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815

e-mail: [di@usp.br](mailto:di@usp.br)

fone: 3091-4612 / 3091-4938

### **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICA**

COORDENAÇÃO: João Fernando Querido Salvado  
IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Gráfica – FFLCH

TIRAGEM: 200

NOVEMBRO DE 2003

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO  
DE PROFESSOR EMÉRITO**

Prof. Dr. *Ruy Fausto*

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

---

C415 Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito: Prof. Dr. Ruy Fausto.— São Paulo : SDI/FFLCH/USP, 2002.  
20p.

Discursos por Maria das Graças de Souza, Ruy Fausto.

ISBN 85-7506-100-3

1. Ensino Superior 2. Universidade (Questões Gerais) I. Fausto, Ruy  
II. Souza, Maria das Graças de III Série

CDD 378

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
Maria das Graças de Souza	
DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO .....	13
Ruy Fausto	



## APRESENTAÇÃO

Para o Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, o título de Professor Emérito, outorgado a alguns de seus membros nestes últimos anos, tem um significado muito especial, considerando a trajetória notável desta geração de professores que, além de terem cumprido seu papel como professores, pesquisadores e formadores dos novos quadros, enfrentaram o período difícil da ditadura militar, pela qual foram perseguidos, afastados de suas funções acadêmicas, alguns deles presos ou exilados, além daqueles que, tal como sobreviventes de uma guerra insana, mantiveram vivo o Departamento, ameaçado de extinção.

Diferenças pessoais, teóricas e até políticas postas à parte, estes professores nos deixaram um legado comum, cujos traços vale a pena ressaltar: a aspiração universalista que permite tomar distâncias em relação a qualquer fundamentalismo, a autonomia do pensamento face às formas religiosas da representação da sociedade e da história, a exigência de rigor na consideração dos conceitos herdados da tradição, a função crítica da filosofia em relação ao nosso tempo e, enfim, a independência da filosofia em relação aos poderes constituídos. Estes princípios regeram a sua história, do ponto de vista do desempenho de suas funções na vida acadêmica, na docência e na pesquisa, mas orientaram também as suas tomadas de posição diante daquele difícil momento vivido pelo nosso país.

Assim, esta homenagem a nossos professores eméritos se desdobra numa homenagem aos cidadãos eméritos que foram e ainda são. Gostaríamos de dizer, em nome dos docentes do Departamento de Filosofia, na grande maioria seus alunos na graduação e nos anos de pós-graduação, que temos nos esforçado constantemente para corresponder a este legado teórico e político.

Maria das Graças de Souza  
Vice-chefe do Departamento de Filosofia



# DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO

*RUY FAUSTO*

## UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA, SOCIEDADE JUSTA

Senhor Diretor

Colegas membros da Congregação

Senhoras e Senhores

Amigos

Nos meus quarenta e cinco anos de Universidade, encontrei, como professor ou como aluno, três tipos de Universidades ou de Departamentos. O hierárquico tradicional, o populista e o democrático. Hoje tem-se um quarto modo, o da universidade voltada para o mercado e dominada pela corrida produtivista. De fato, as hierarquias fundadas na tradição e em privilégios de casta foram progressivamente substituídas pela dominação dos que produzem “mais”, e recebem de volta mais dinheiro e poder. E o antigo combate contra as instituições “carcomidas”, como se dizia outrora, deu lugar a uma luta contra a subordinação da universidade ao mercado.

Diante da forma antiga da dominação, como, hoje, diante da forma moderna, os defensores do que chamei de universidade democrática tiveram e têm de travar uma luta em duas frentes, de um lado, contra os privilégios arcaicos ou contra a oligarquia dos “produtivos”, de outro contra as ilusões populistas.

Não posso comentar em detalhe a situação na universidade brasileira, porque estou ausente há muitos anos, embora venha regularmente ao Brasil, mas no que se refere à Europa pelo menos - não creio, de resto, que a situação aqui seja muito diferente - sentimo-nos entre dois fogos. De um extremo somos ameaçados pelos que se aferram aos modelos fundados no status ou na produtividade, de outro pelos que pregam um

igualitarismo abstrato, este também capaz de gerar formas perversas de violência e hierarquia. Os últimos manifestam o mesmo desprezo pelo pensamento que professam os que ocupam na aparência um campo oposto. Universidade tradicional ou “operacional” de um lado (a passagem de uma (sub-) forma à outra se fez, parece, sem muita dor), universidade populista de outro, eis a alternativa trágica em que se debate a universidade de pelo menos alguns países da Europa. Como no esquema bem conhecido da dialética transcendental (retomado mais tarde pelos críticos do sistema para mostrar o movimento infinito entre as ideologias de “ancien régime” e o discurso dos ideólogos do capitalismo), o que cada um diz do outro é verdade, mas nenhum diz a verdade quando fala de si mesmo. Uns denunciam o espírito anti-igualitário, o ranço de casta, ou o produtivismo delirante e o privilégio da quantidade; os outros apontam o igualitarismo grosseiro, a politização brutal e sem princípios, a sub-repção de todo projeto científico em nome de interesses heterônomos. Minha atividade de professor universitário na Europa foi assombrada nesses últimos dez anos por esses dois demônios. Mas trabalhando num centro marcado por uma herança “soixante-huitarde” foi mais o demônio populista que, junto com alguns colegas, tive de enfrentar. A esse propósito, não poderia deixar de falar do meu Departamento de origem, onde tenho a felicidade de ensinar de novo como professor visitante, durante este inverno “austral”. Porque, sem fazer concessões a fórmulas retóricas comuns em ocasiões como esta, não poderia deixar de dizer que, por seu estilo de trabalho, o departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de nossa Universidade, se aproxima muito do modelo democrático. Não quero dizer que ele não tenha falhas. Mas em grandes linhas, o funcionamento desse departamento, cujo nível corresponde, digo sem ufanismo, ao dos melhores do primeiro mundo, pode exemplificar o modelo democrático. Democrático e não populista, porque o Departamento soube aliar um pensamento em grandes linhas radical, a uma grande exigência de imparcialidade científica. Tem-se aí uma instituição cujos membros não hesitam em cooptar gente “do outro grupo” qualquer que seja ele (como em qualquer espaço democrático lá coexistem grupos e tendências) quando o candidato “de lá” se revela melhor do ponto de vista científico. Não posso garantir que sempre se vote assim dentro dele, mas asseguro ter exemplos disso, o que, para quem conhece os meios

universitários “de França e de Navarra” como dizem os franceses, já é extraordinário. Uma estudante, parcimoniosa no elogio, dizia que no departamento de filosofia “pelo menos (sic), os professores dão a impressão de gostar do que fazem”. O elogio, modesto, é enorme para quem sabe como vão as coisas pelo mundo.

O departamento sobreviveu à ditadura militar, mesmo se amputado de alguns de seus membros. Antes disso, envolveu-se a fundo no movimento de 68, mas, fato raro, passou incólume pelas sereias do populismo. O departamento paritário de 68 que exerceu o poder, creio eu, durante alguns meses, não contratou ninguém por razões outras que não a da competência profissional, e, explicitamente, fez questão de resguardar os direitos e garantir a atividade docente daqueles colegas que viam com maus olhos o movimento. Na época, alguns radicais ridicularizavam nossas sutilezas democrático-formais. Assim, no departamento paritário, era preciso o voto de dois terços dos membros para contratar um novo professor. Sábria medida democrática, que evitou a deriva populista, e provavelmente garantiu a nossa sobrevivência. Não quero dizer com isso que não tivemos ilusões nem fizemos tolices em 68, mas, de novo sem ufanismo, se compararmos o nosso processo com o do famoso movimento parisiense, sem subestimar a importância do último e do que nele houve também de positivo, não hesito em dizer que fomos mais lúcidos porque soubemos evitar certas tentações. A originalidade do nosso movimento explica em parte a superioridade da nossa instituição diante de instituições análogas que trazem as marcas de “lutas originárias” muito mais ambíguas. Acrescento que se não nos perdemos, ou se não nos perdemos muito, creio eu, foi porque comungávamos com os nossos mestres franceses na religião dos textos e da interpretação rigorosa. A “filologia filosófica” - refiro-me à metodologia da leitura estrutural - hoje tão insultada, pela direita como pela esquerda, talvez nos tenha salvo do pior. Através da “chatice” dos métodos dos nossos mestres franceses, destilávamos talvez, sem querer, sob o riso dos radicais extremos, alguma coisa das melhores exigências democráticas. Bendita filologia universitária européia, tão apolítica e insossa, sacralizada por nós aprendizes-filósofos do terceiro mundo. Essa ideologia que hoje nos esforçamos em liquidar (há que matar o pai...), talvez nos tenha dado lições políticas de democracia que os “soixante-huitards” franceses e alemães, gente do primeiro mundo empenhada em destruir velhas estruturas, não puderam receber.

Parece que nossa miopia de sub-desenvolvidos importando artigos de qualidade mas já fora de série, nos salvou de forma imprevisível de novas formas de barbárie.

Democracia na universidade é problema complicado. Porque se trata de democracia entre desiguais, a quadratura do círculo. Professores e alunos são de direito iguais enquanto cidadãos e seres humanos, mas supondo idênticos os demais fatores, são diferentes na ciência. Como instituir uma democracia entre esses diferentes? Aliás não há só diferença qualitativa, há diferença de grau, de qualidade quantitativizada, embora se trate somente de graus do saber. Como lembrava, em intervenção recente, minha amiga Marilena Chauí (cuja saudação agradeço), Merleau- Ponty falava em "assimetria" a propósito da relação entre professores e alunos. Como nos rituais de passagem pensados por Levi-Strauss, tem-se aí um processo que conduz de uma assimetria a uma simetria. Da relação professor aluno deve resultar a relação professor professor, pois o devir do aluno é o ser- professor. Hegel dizia que os filhos são a morte dos pais. Na medida em que na relação instituída no final do processo, não há mais alunos (aqueles alunos), e não havendo alunos não há mais professores (aqueles professores), eu diria à maneira de Hegel que os alunos - os bons - são a morte dos professores. A anfibia populista consiste em mascarar a assimetria e a desigualdade, supondo a presença, já no ponto de partida, de uma pretensa igualdade. Mas como de fato é da desigualdade que se parte, a igualdade abstrata em que se quer transfigurar, a eterniza. Bloqueando a passagem, esta igualdade se interverte em desigualdade. No modelo tradicional, reconhece-se a desigualdade no ponto de partida, mas em sentido absoluto, de onde paradoxalmente o mesmo resultado: os desiguais mantêm-se desiguais. Não há por que escolher entre a interversão que se opera no argumento e na prática populistas, e a tautologia da prática conservadora. A democracia universitária só pode se exercer na base de regras formais e explícitas e através de um esquema complexo de equilíbrio que supõe a responsabilidade, noção muito caluniada em certos meios. Nos dois modelos trabalha-se mal com a forma: em um deles, no tipo conservador ou produtivista, a forma, o formalismo mata o conteúdo, (o professor catedrático merece respeito porque é catedrático, e não pelo que escreveu ou pelas aulas que deu; na universidade produtivista, o professor X pesa porque publicou n artigos em n + 5 revistas nacionais e estrangeiras, não pela qualidade do que escreveu: aqui a forma também liqui-

da o conteúdo, mas se trata do “formalismo” moderno do valor de troca: o Professor X = 200 artigos ou o professor X vale 200 artigos ). No pólo populista é, pelo contrário, a ausência de forma que destrói o conteúdo. A inexistência de regras formais faz surgir de resto um formalismo sui-generis, o formalismo - e o despotismo - da igualdade abstrata, que tudo devora. Só a democracia universitária, que assume a dissimetria inicial e a necessidade da forma, é capaz de dominar esta última e de subordiná-la ao conteúdo.

A questão da democracia universitária ultrapassa é claro o âmbito da discussão específica em torno do modo de funcionamento da Universidade. De um lado - se quisessem, alguém da universidade - ela remete a questões de ordem ética; de outro - digamos, para além dela - remete a problemas de natureza política.

O que foi dito anteriormente já tem implicações éticas evidentes, mas convém explicitar. No século que termina, a ética não foi em geral bem vista nem pela direita, nem pela esquerda. Se hoje se esboça uma tendência em seu favor, ela continua carregando a fama - conforme a expressão de um clássico - de ser “a impotência posta em ação”. De minha parte não vejo como fugir dos problemas éticos, e não creio que a crítica do sistema possa sobreviver muito tempo, se ela não der um lugar a preocupações de ordem ética (não tenho pronta a solução de saber qual será exatamente este lugar). Mas em geral, e também para a universidade é preciso recusar dois argumentos falsos que se interconectam. O primeiro é de que os indivíduos são todos iguais no egoísmo, e o segundo - consequência deste - o de que não há nada a fazer. Na realidade, se o egoísmo é, creio eu, um componente - histórico ou não - irreversível, dentro de certos limites, da individualidade moderna, há egoístas e egoístas: os indivíduos são muito diferentes no respeito do outro e na capacidade de limitar os seus próprios impulsos. No plano da universidade o egoísmo abandonado a si mesmo é a maldição bem conhecida da competição desenfreada. Sem dúvida, esta se desenvolve mais quando o mercado fornece a ideologia à universidade. Mas a forma conservadora antiga também não era capaz de dar uma saída ao problema, antes o bloqueava com soluções burocráticas, como o faz de resto à sua maneira a universidade populista. Porém a dificuldade não concerne apenas às formas universitárias, ela passa em geral pelo indivíduo. Formar indivíduos capazes de praticar a emulação e mesmo a competição, mas conscientes de que há regras a obedecer

e limites a não ultrapassar é uma tarefa educativa maior dentro e fora da universidade. Não se diga que é inútil falar desse tema. O amoralismo prático que domina muitos meios universitários é certamente reforçado pela ideologia de que o “mundo” é assim mesmo e de que os indivíduos, no mal ou para o mal, são todos iguais. Apontar e denunciar as deslealdades, recusar concessões quando se trata do respeito pelo trabalho alheio, sobretudo pelo trabalho dos que começam (a apropriação dos resultados dos assistentes parece ser um fenômeno endêmico em certos meios) é uma exigência que se impõe por sobre a muito suspeita crítica do “moralismo”.

Os problemas da universidade são impensáveis também se não fizermos referência ao contexto político global. Traço, aqui, apenas o quadro subjetivo do processo. O colapso do chamado “socialismo de caserna” teve como contrapartida a mitologia de um capitalismo vitorioso. As dificuldades do Welfare State relançaram o projeto de um liberalismo em estado mais ou menos puro, que garantiria ao sistema um futuro glorioso. Assim, sob os destroços do “socialismo” burocrático, erigiu-se o chamado pensamento único que domina instituições governamentais, institutos de pesquisa e universidades. Nesse contexto os riscos de uma subordinação da Universidade ao mercado são mais do que riscos.

Se é difícil entrar nos detalhes da discussão econômica, complicada para um não economista que ainda por cima não mora no Brasil, é evidente de um ponto de vista histórico, ético e político (e o essencial talvez esteja aí) o que tem de ilusório o discurso e o projeto, digamos, neoglobalizador. Pedem-se sacrifícios às gerações presentes, em nome de um progresso que nos levaria, caso cheguemos lá, à situação de países “ricos” mas em que as desigualdades são impressionantes e a criminalidade enorme. Se em tais países, a taxa de desemprego diminuiu (menos, aliás do que se pensa), a desigualdade aumenta, o número dos subempregados permanece muito grande, a miséria não regride, pelo contrário, cresce, a população carcerária chega a níveis impressionantes. É esse o futuro que se promete ao Brasil, e em nome do qual se pede o sacrifício de uma parte da população? E há mais. Se é verdade que as alternativas não são ilimitadas (mas elas existem, sem implicar numa volta a velhos esquemas), importa também considerar a forma pela qual é conduzida essa política. Não se deu nenhum grande passo no sentido

de libertar o sistema político brasileiro das antigas práticas das alianças conservadoras. Por isso, o projeto dominante, que levará talvez a algumas reformas, não poderá desembocar em nada de muito sólido. Uma grande “virada” no estilo político se impõe, e esta, o pensamento único, ofuscado pela Realpolitik, não pode oferecer.

Mas do lado da esquerda - e os problemas desta última têm muito a ver com o projeto de uma universidade democrática - as coisas não andam bem. O pensamento único se alimenta de resto dessa debilidade “estrutural”. Não posso fazer aqui um balanço suficientemente completo dos problemas da esquerda; ele não estaria fora de lugar, creio eu, numa ocasião como esta, dado o peso que ela sempre teve em nossa Faculdade. Diria que a esquerda do século XX está marcada por dois estigmas que lhe advieram nos primeiros vinte e poucos anos do século. O primeiro foi o fenômeno da absorção de uma parte do movimento socialista pelas forças do sistema. Penso principalmente no que aconteceu com uma parte do socialismo alemão em 1914 (e já antes). Mas houve a meu ver um segundo estigma, e este veio com o projeto vanguardista de um partido único com organização quase militar, que se arvorou em representante dos explorados dando a si mesmo carta branca para a realização a qualquer preço das chamadas “tarefas históricas”. Não me refiro somente ao stalinismo, regime despótico genocida que só a cegueira total de duas gerações pôde considerar como uma expressão - ou a melhor expressão! - dos ideais socialistas. Refiro-me também ao leninismo, sobre o qual ainda subsistem muitas ilusões.

Retraçar os efeitos do primeiro estigma, a absorção dos projetos de reforma pelo sistema dominante, não nos leva a fazer só a história da esquerda mas também a da direita, porque se trata de um fenômeno recorrente de fortalecimento desta última pela captação de antigos ideólogos, homens políticos e instituições da esquerda. O fenômeno brasileiro da recomposição da aliança conservadora “reciclando” antigos “quadros” da esquerda remete a esse modelo. Apesar das diferenças, acho que há - alguma - analogia entre a debacle de uma parte do socialismo alemão no início do século, e a “virada à direita” de alguns dos nossos (ex-) grandes ideólogos. O segundo estigma interessa diretamente à esquerda. Apesar da decomposição parcial do sistema burocrático ele continua presente e manifestando os seus efeitos. A crítica do stalinismo foi importante,

mas curiosamente criou novos mitos. Através dela, por neomanipulação de datas e de fatos históricos, senão pela ignorância pura e simples, o leninismo foi absolvido e glorificado. Questão histórica? De nenhum modo, é o destino das forças de contestação do sistema que está em jogo. A esquerda - a brasileira em particular - (com as exceções honrosas de alguns universitários e homens políticos) foi até aqui incapaz de pensar a fundo esses problemas, e de levar a cabo não uma autocrítica (que, esta, para além de correções táticas, reconduz ao ponto de partida) mas uma auto-reflexão que lhe permita definir com rigor seus objetivos, meios e fundamentos. Se se quiser resumir as ilusões da esquerda ou de uma certa esquerda, diria que são três: ela continua pensando, mais ou menos, em termos de uma lógica dual, continua acreditando em maior ou menor medida numa teleologia da história, continua supondo que pode deixar indeterminado o conteúdo da idéia de socialismo, como se fazia em parte no século XIX.

Não há pecado maior da política de uma parte da esquerda deste século que o de ter suposto uma história dualista, segundo a qual os inimigos dos nossos inimigos só podem ser nossos amigos. Quando, hoje, ouço elogios circunstanciados aos governos “socialistas” burocráticos remanescentes, tenho a impressão de que não há nada de novo sob o sol. Quem se bate contra a globalização selvagem teria de ser simpatizante desses governos, sob pena de parecer quixotesco ou nihilista, senão de fazer o jogo da direita. Assim, nos anos 60 e 70 os que como eu combatiam tanto a guerra do Vietnã como o intervencionismo burocrático russo, eram considerados, na melhor das hipóteses, personagens exóticos, e na pior, cavalos de Tróia da reação. Dir-se-á que com o fim do stalinismo, essa posição não se justifica mais. Ora, o que ocorreu de verdade é que a nossa crítica, justa, não era suficientemente ampla, não víamos por exemplo os horrores das práticas dos governos “socialistas” do terceiro mundo, na América e na Ásia (Theodoro Adorno na Alemanha, Castoriadis e Lefort na França, entre outros, tiveram o mérito de registrar bem cedo esses horrores). Não víamos que o fenômeno da burocratização era histórica, geográfica e politicamente muito mais vasto.

A segunda insuficiência da esquerda, que tem conexão com a primeira, está em supor, como assinalava de novo um amigo, num livro recente, que a história nos levará

necessariamente a um resultado feliz, mesmo se por caminhos tortuosos. O culto da deusa história é um culto perigoso.

Em terceiro lugar, e no mesmo contexto, joga-se com a idéia de socialismo, sem precisar o conteúdo da sociedade a construir. Fica-se no nível da crítica, como se a crítica sem alternativas precisas servisse hoje, se é que serviu alguma vez. Como resultado, tem-se um pensamento que vai até a importante denúncia dos sofismas do adversário, mas que é incapaz de formular um projeto teórico e prático coerente.

Para terminar, algumas questões micrológicas, e - peço licença - algumas considerações sobre a minha própria história. Comparando o que é hoje o departamento de filosofia e, em geral, a filosofia no Brasil, com a situação de há quarenta anos, não há como negar o progresso. O salto é imenso. Há quarenta anos havia em nosso país muito poucos filósofos digamos, competentes, hoje eles devem ser algumas centenas. O nosso Departamento se diversificou muito e - fato auspicioso - renova-se escolhendo os melhores. O famoso “departamento francês de ultramar” tornou-se um departamento diferenciado, em que, além dos “franceses”, há quem tenha passado por universidades americanas, inglesas ou alemãs; e há também, fato novo, os que nunca viajaram porque se formaram aqui. A minha impressão, de ausente, é de que a consciência do nível a que chegou a filosofia no Brasil vai se impondo, mas com dificuldade, aos seus agentes. Parece haver uma oscilação entre uma atitude que superestima as conquistas (do que resulta um certo fechamento sobre a nossa própria experiência) e uma outra, em que persiste a antiga mitificação do que se faz fora.

Um problema. Há, sem dúvida, entre os nossos alunos, os que serão filósofos-filósofos, ou historiadores da filosofia. Há muitos outros, porém, cujos interesses se situam na fronteira da filosofia com ciências, artes ou literatura. Para estes, mas também para os futuros filósofos-filósofos e historiadores da filosofia, seria preciso pensar, estou convencido, numa formação bidisciplinar. Creio que ainda estamos presos demais ao modelo francês em essência uni-disciplinar, modelo que não é o mais fecundo. Ao que parece, fazem-se tentativas de introduzir uma dupla graduação, prolongando em mais dois anos o período de formação. Sem subestimar os seus riscos - a dispersão dos estudos

- deveríamos incentivar esforços desse tipo, que nos aproximassem, com vantagens, do modelo pluridisciplinar vigente na Alemanha. Vejo mal uma multidão de jovens brasileiros “agregés” de filosofia. (A mesma idéia está em texto recente de um colega). Vejo-os melhor, articulando filosofia com história, com sociologia, com física, com biologia, com literatura, o que pode ser tentado também sem formação especializada, mas com maiores riscos. É positivo que hoje se combinem cursos de história da filosofia de fatura clássica, com cursos de temática variada e nem sempre de caráter estritamente filosófico, sobretudo em nível de pós-graduação.

Resta saber se o Departamento, a Faculdade e a Universidade disporão dos recursos necessários à realização desses projetos. Hoje, até a sobrevivência da Universidade em suas condições atuais está ameaçada.

Termino pedindo licença para dizer duas palavras sobre a minha própria história. Desde os meus anos de estudante, e por interesses que eram ao mesmo tempo teóricos e políticos, dispus-me a estudar a obra clássica do fundador da crítica da economia política. Ao fazê-lo segui o meu próprio caminho, embora objetivamente fizesse parte dessa grande galáxia brasileira dos estudiosos do pensamento marxiano e pós-marxiano, que, além dos filósofos, congrega sociólogos, historiadores, cientistas políticos, economistas, críticos literários etc. Orgulho-me de ter posto a minha pedrinha na catedral que se está construindo. Durante anos trabalhei problemas de lógica dialética, e de teoria social no âmbito da dialética, do que resultaram alguns livros, publicados na França ou no Brasil. De uns vinte anos para cá meu trabalho tomou um caráter muito crítico, e no período mais recente ocupo-me de uma espécie de balanço histórico e teórico dos chamados “socialismos” do século XX.

Da minha vida na Universidade e fora dela, algumas palavras finais. A competição universitária quase me liquidou em certa época; e se sobrevivi, foi só, talvez, graças às viagens que fiz. Tenho o hábito de dizer o que penso em matéria de ciência, de ética e de política, e costumo seguir a norma proposta por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, lá onde ele fala de seus dois amigos, dos quais o melhor não era Platão. Este mau hábito de privilegiar a amiga Verdade trouxe-me e traz-me ainda não poucas dificuldades; mas é tarde demais para mudar. Tenho horror dos modismo, dos tiques de grupos, dos

unanimismos de direita ou de esquerda, principalmente os de esquerda, porque ela me concerne. Sinto-me solidário dos que lutam pela terra e dos que se batem na cidade em prol de uma vida decente que o capitalismo não pode dar. Mas também me solidarizo *com* os dissidentes que enfrentam a polícia política nos países da Ásia e da América Latina onde ainda subsiste o regime burocrático.

Terminando, agradeço muito sinceramente essa homenagem generosa. Minha obra não existe enquanto tal, *como* obra constituída; só existe em devir. Nos próximos anos, devo completar o essencial. Obrigado pela confiança. Espero não decepcioná-los.

São Paulo, 27 de agosto de 1998

